

Résumé exécutif

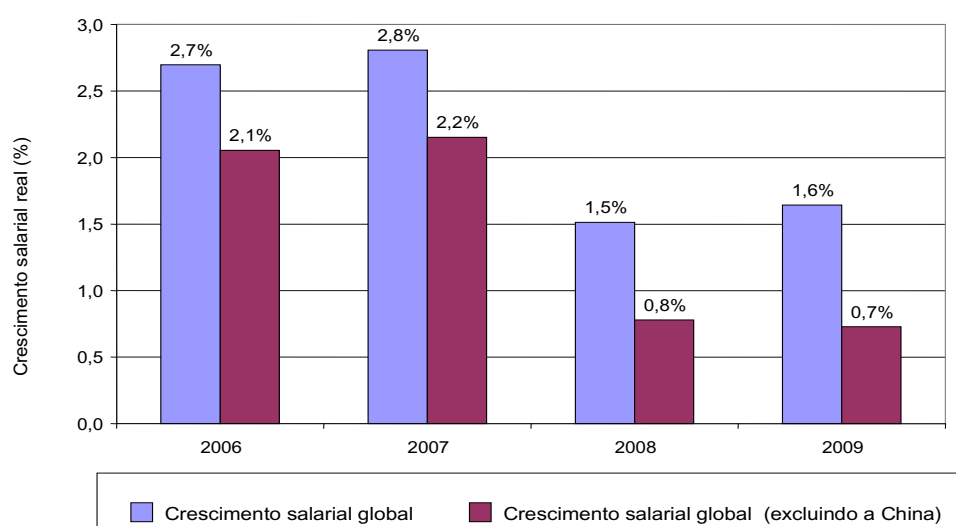
Relatório global sobre os salários 2010/11

Políticas salariais em tempo de crise

Tendências recentes

A crise económica e financeira global provocou um abrandamento significativo na taxa de crescimento dos salários reais em todo o mundo. Com base em estatísticas nacionais oficiais de 115 países e territórios, o *Relatório global sobre os salários 2010/11* estima que o crescimento dos salários médios mensais reais baixou de 2,8 por cento antes da crise, em 2007, para 1,5 por cento em 2008 e para 1,6 por cento em 2009. Com exclusão da China (onde as estatísticas só abrangem «unidades urbanas» ligadas ao Estado), o relatório calcula que o crescimento salarial real baixou de 2,2 por cento em 2007 para 0,8 por cento em 2008 e para 0,7 por cento em 2009. Embora a taxa de crescimento salarial tenha registado um abrandamento em praticamente todos os países, apresentou resultados negativos em mais de um quarto dos países e territórios incluídos na nossa amostra de 2008 e num quinto deles em 2009.

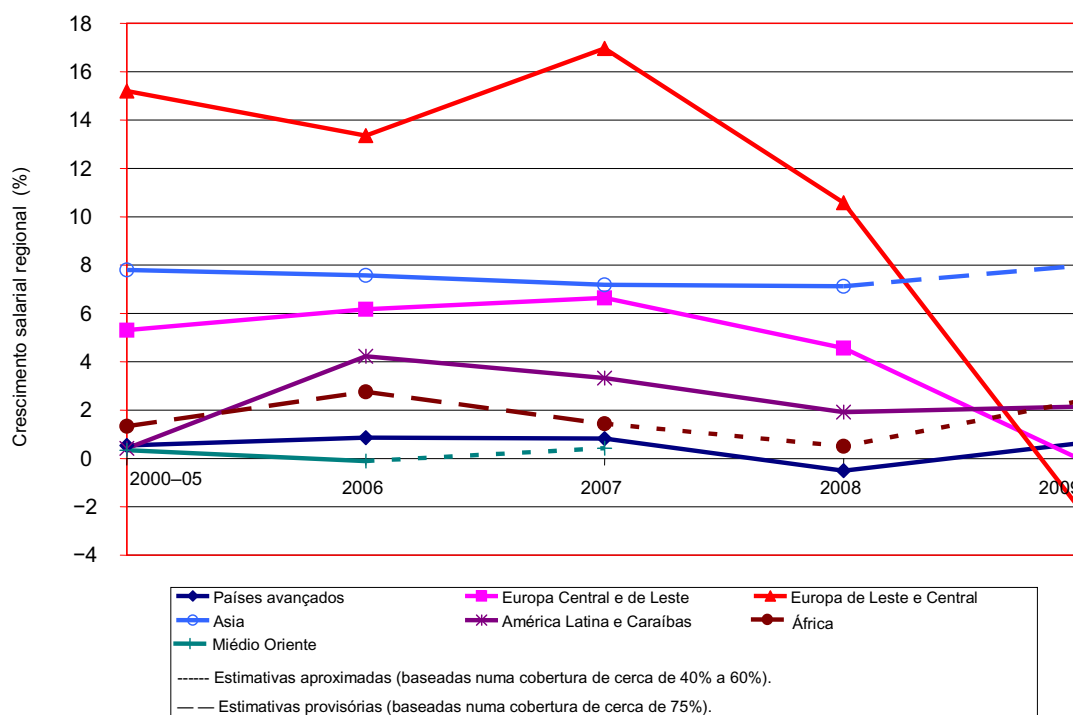
Figura 1 Crescimento salarial global, 2006–09
(alterações homólogas em termos reais, em por cento)



Nota: O crescimento salarial global é calculado como média ponderada do crescimento homólogo real ou estimado do salário médio mensal real em 115 países e territórios, cobrindo 94 por cento dos trabalhadores de todo o mundo. Para consulta da cobertura e da metodologia, ver *Relatório global sobre os salários 2010/11*, apêndice técnico I.
Fonte: Base de dados Global Wage Database da OIT.

Registam-se variações regionais significativas no crescimento salarial (ver figura 2). Nos países avançados, o relatório estima que, após um crescimento de cerca de 0,8 por cento ao ano antes da crise, os salários reais caíram efectivamente -0,5 por cento no início da crise em 2008, antes de voltarem a crescer 0,6 por cento em 2009. Na Europa Oriental e na Ásia Central, o crescimento salarial real desceu de uma média de cerca de 17,0 por cento em 2007 (quando os salários ainda estavam em recuperação do colapso que ocorreu na fase inicial da transição) para 10,6 por cento em 2008 e para -2,2 por cento em 2009.¹ Na Europa Oriental e na Ásia Central, o crescimento salarial real caiu de 6,6 por cento em 2007 para 4,6 por cento em 2008 e para -0,1 por cento em 2009. Os salários reais na Ásia cresceram mais de 7 por cento no período 2006-09, registando taxas de 7,2 por cento em 2007, 7,1 por cento em 2008 e 8,0 por cento em 2009. Na América Latina e nas Caraíbas, estima-se que o crescimento salarial real abrandou de 3,3 por cento em 2007 para 1,9 por cento em 2008 e 2,2 por cento em 2009. Em África, as nossas estimativas provisórias indicam que, em 2007, os salários mensais reais cresceram cerca de 1,4 por cento, antes de caírem para 0,5 por cento em 2008, tendo acabado por recuperar para 2,4 por cento em 2009. No Médio Oriente, é demasiado cedo para uma estimativa aproximada do crescimento salarial em 2008 e 2009, porque ainda muito poucos países publicaram os seus dados nesta matéria. Os dados disponíveis de anos anteriores indicam, no entanto, que os salários dos trabalhadores do Médio Oriente (os quais, em grande parte, são migrantes) não cresciam a um ritmo muito célere mesmo antes da crise.

Figura 2 Crescimento salarial regional, 2000-09 (em por cento p.a.)



¹ Como referido no *Relatório global sobre os salários 2008/09*, o crescimento salarial rápido antes da crise nos países da Comunidade de Estados Independentes (CEI) era uma parte intrínseca do processo de recuperação que se seguiu ao colapso nos salários ocorrido na fase inicial da transição económica no início da década de 1990. Acresce que o emprego nos países da CEI registava um crescimento relativamente débil nos anos antes da crise, pelo que o crescimento do PIB era impulsionado principalmente por ganhos de produtividade que, por sua vez, permitiam o crescimento salarial.

A crise anterior à crise e a função das políticas salariais

Nos países avançados, os impactos de curto prazo que a crise provocou nos salários médios devem ser analisados num contexto de continuada moderação salarial e de declínio prolongado do peso da massa salarial no PIB antes da crise. Numa perspectiva de mais longo prazo, o quadro 1 apresenta dados sobre a evolução dos salários ao longo da década de 2000 (considerando 1999 o ano de base). O quadro revela que os salários médios globais subiram quase 25 por cento neste período. Este aumento foi impulsionado por regiões em desenvolvimento, como a Ásia, onde os salários mais que duplicaram desde 1999, e por países da Europa de Leste e da Ásia Central, onde os salários mais que triplicaram (o que reflecte, em parte, a dimensão do declínio salarial na década de 1990). Em comparação, nos países avançados, os salários reais só subiram cerca de 5 por cento em termos reais ao longo da década, reflectindo um período de moderação salarial.

Quadro 1 Crescimento salarial cumulativo por região desde 1999 (1999 = 100)

	1999	2006	2007	2008	2009
Países avançados	100	104,2	105,0	104,5	105,2
Europa Central e de Leste	100	144,8	154,4	161,4	161,3
Europa de Leste e Ásia Central	100	264,1	308,9	341,6	334,1
Ásia	100	168,8	180,9	193,8	209,3*
América Latina e Caraíbas	100	106,7	110,3	112,4	114,8
África	100	111,2*	112,8*	113,4**	116,1**
Médio Oriente	100	101,9*	102,4*	...	...
Mundo	100	115,6	118,9	120,7	122,6

* Estimativas provisórias (baseadas numa cobertura de cerca de 75%). ... Não há estimativa disponível.

** Estimativas aproximadas (baseadas numa cobertura de cerca de 40% a 60%).

Nota: Para consulta da cobertura e da metodologia, ver *Relatório global sobre salários 2010/11*, apêndice técnico I.

Fonte: Base de dados Global Wage Database da OIT.

O relatório também revela que a percentagem de pessoas que recebem baixos salários, definidos como menos de dois terços do salário mediano, aumentou desde meados da década de 1990 em mais de dois terços dos países com dados disponíveis. Entre eles estão países como a Alemanha, Argentina, China, Espanha, Indonésia, Irlanda, Polónia e República da Coreia. Nestes e noutros países com uma percentagem elevada de baixos salários, ou em que essa percentagem está a aumentar, existe o risco de um grande número de pessoas ficar em dificuldades. A probabilidade de transitar para empregos com salários mais elevados mantém-se reduzida e o risco de ficarem presos em empregos com baixos salários é grande. Isto, por sua vez, pode traduzir-se por um aumento da tensão social, em particular se certos grupos de pessoas considerarem que pagaram um preço elevado durante a crise e que as vantagens do período expansionista anterior, e talvez a recuperação futura, não foram distribuídas equitativamente. O nosso relatório também afirma que a persistência dos baixos salários e das disparidades salariais está associada a fortes elementos discriminatórios. Tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento, os trabalhadores com baixos salários tendem a ser jovens, são desproporcionadamente do sexo feminino e têm maior probabilidade de serem membros de uma minoria étnica desfavorecida, de um grupo racial ou imigrante. A concentração destas características entre os trabalhadores com baixos salários leva a uma subestimação dos seus empregos.

Teme-se ainda que a estagnação salarial antes da crise possa ter contribuído de facto para a crise e enfraquecido a capacidade das economias para recuperar rapidamente. Embora muitos outros factores contribuíssem para desencadear a crise económica e financeira global, há quem defenda que teve as suas raízes estruturais no declínio da procura agregada que antecedeu a crise. A redistribuição dos salários para os lucros e dos trabalhadores com salários médios para trabalhadores com salários elevados reduziu a procura agregada, ao transferir rendimento de pessoas com elevada tendência para gastar para pessoas que poupam mais. Antes da crise, alguns países conseguiram manter o consumo das famílias graças ao seu endividamento acrescido e outros países basearam o seu crescimento económico sobretudo nas exportações. No entanto, ficou demonstrado que este modelo é insustentável. No futuro, os países poderão vir a concluir que é do seu interesse basear o crescimento económico num reforço do consumo das famílias e, neste caso, num consumo suportado mais pelo rendimento do trabalho que pelo aumento da dívida.

O nosso relatório afirma que as políticas salariais podem dar um contributo positivo para um modelo económico e social mais sustentável. A negociação colectiva e o salário mínimo podem ajudar a alcançar uma recuperação mais equilibrada e equitativa, assegurando que as famílias que trabalham e as famílias com baixos salários obtêm uma percentagem equitativa dos frutos de cada ponto percentual do crescimento económico. O *Relatório global sobre os salários 2008/09* mostrou que a ligação entre os salários e a produtividade é mais forte nos países em que a negociação colectiva cobre mais de 30 por cento dos trabalhadores, e que o salário mínimo pode reduzir a desigualdade na metade inferior da distribuição salarial. O nosso relatório actual mostra que a negociação colectiva e o salário mínimo também podem contribuir para reduzir a percentagem de trabalhadores com baixos salários.

Ao mesmo tempo, porém, os sindicatos ainda enfrentam desafios consideráveis na sua tentativa de chegar aos trabalhadores vulneráveis e de estabelecer um sistema efectivo de salário mínimo. Em paralelo com a melhoria do mecanismo de determinação salarial, este relatório salienta a necessidade de políticas que ajudem a reduzir o risco que os trabalhadores com baixos salários correm de cair na pobreza. Benefícios intrínsecos ao trabalho, tais como deduções fiscais, são seguramente uma ajuda, em especial se forem acompanhados de uma regulamentação eficaz do limite salarial mínimo. Nos países em que os benefícios intrínsecos ao trabalho não são uma opção viável, devido, por exemplo, à presença de um emprego informal em massa, é necessário considerar políticas de apoio mais directo ao rendimento das famílias (como transferências em dinheiro). Por conseguinte, as políticas salariais e de rendimento devem ser desenvolvidas num quadro regulamentar mais amplo, que articule cuidadosamente os diferentes elementos das políticas de forma consistente e coerente. Em épocas de crise e de recuperação, não se pode sobrestimar a importância de garantir um «rendimento mínimo» para as famílias vulneráveis que trabalham.

Copyright © Organisation internationale du Travail

Ce résumé ne constitue pas un document officiel de l'Organisation internationale du Travail. Les opinions exprimées ne reflètent pas nécessairement les vues de l'OIT. Les désignations utilisées n'impliquent de la part de l'OIT aucune prise de position quant au statut juridique de tel ou tel pays, zone ou territoire, ou de ses autorités, ni quant au tracé de ses frontières. La mention ou la non-mention de telle ou telle entreprise ou de tel ou tel produit ou procédé commercial n'implique de la part de l'OIT aucune appréciation favorable ou défavorable.

Le texte peut être librement reproduit, à condition d'en mentionner la source.

Département de la communication et de l'information publique
Bureau international du Travail
4 route des Morillons, 1211 Genève 22, Suisse
Pour plus d'information, visitez notre site web www.ilo.org

